

RESUMO EXECUTIVO

Inclusão produtiva e economia do cuidado: principais desafios e alavancas para o fortalecimento dessa agenda no Brasil



Idealização e realização



Execução





Fundação Arymax

Vivianne Naigeborin

Matheus Magalhães da Silva

Autoria

Gabriela Solidario de Souza Benatti

Bruno Graebin de Farias

Pedro Gomes

Camila de Cássia do Socorro da Silva





Mensagem da Fundação Arymax



A inclusão produtiva é uma necessidade urgente no país. Apesar dos avanços nas políticas de redução da pobreza nas últimas décadas, ainda é um grande desafio criar oportunidades de trabalho que assegurem vidas dignas, produtivas e autônomas. É esse o compromisso que mobiliza a Fundação Arymax, instituição sem fins lucrativos criada em 1990 e que, desde 2019, concentra seus esforços na inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

Atenta às transformações tecnológicas, demográficas e ambientais em curso no mundo, a Arymax tem buscado identificar os setores que devem crescer nos próximos anos e, com isso, oferecer oportunidades de trabalho e renda. Entre eles, destaca-se a **área de cuidados**, cuja demanda por serviços está em franca expansão. No Brasil, **1 em cada 4 pessoas já trabalha nesse campo**, e todas as famílias, em diferentes momentos, vivenciam demandas relacionadas a cuidar ou ser cuidado.

É neste contexto que surge a pesquisa rápida **“Inclusão produtiva e economia do cuidado: principais desafios e alavancas para o fortalecimento dessa agenda no Brasil”**. O estudo, conduzido pelo Instituto Veredas entre 6 de outubro e 21 de novembro de 2025, reúne as principais evidências disponíveis e o estado da arte sobre o campo de cuidado no Brasil. Esperamos que essas contribuições ampliem a visibilidade do setor e fortaleçam o debate sobre a importância de criar oportunidades dignas de inclusão produtiva em um campo tão promissor.



Metodologia

A pesquisa combinou duas estratégias:

- **Revisão bibliográfica e documental:** seleção de 78 estudos em bases e repositórios de literatura acadêmica, complementados por referências adicionais, totalizando 95 documentos.
- **Entrevistas em profundidade:** conversas com cinco atores-chave do setor público, da sociedade civil, de entidade de classe das trabalhadoras de cuidado, de organização ofertante de cursos de formação e de organização multilateral.

Perguntas norteadoras:

1. Quais são os principais segmentos e atores-chave que compõem o ecossistema da economia do cuidado no Brasil?
2. Quais são os principais desafios/barreiras para o desenvolvimento da economia do cuidado no Brasil?
3. Quais são as alavancas necessárias para fortalecer a economia do cuidado e ampliar a oferta de oportunidades de trabalho remunerado e digno, especialmente para populações em vulnerabilidade e nos principais segmentos identificados?



Economia do cuidado: um campo de oportunidades

Cresce a demanda por serviços de cuidados, um dos maiores motores de geração de trabalho e um campo estratégico para políticas de trabalho decente, redução de desigualdades e promoção de crescimento inclusivo.

Há uma tendência de **redução do trabalho não remunerado e aumento do remunerado**, além de um crescimento da demanda por serviços especializados (como assistência domiciliar em saúde, preparo de alimentos, cuidado de crianças e idosos e serviços domésticos), cuja expansão deve se manter até 2030.

2,3 bilhões de pessoas

precisarão de serviços de cuidado até 2030, entre adultos, idosos, crianças e pessoas com deficiência



A economia do cuidado tem o potencial de gerar cerca de **300 milhões de empregos** no mundo até 2035

Fonte: OIT, 2018

Forças que impulsionam a demanda por cuidado

Transição demográfica



População cada vez mais idosa

Condições crônicas



Aumento de doenças crônicas e incapacitantes

Famílias



Mudanças no tamanho e na estrutura

Gênero



Trabalho feminino crescente

Fortalecer o setor de cuidados no Brasil pode gerar oportunidades de **dinamizar a economia**, criar empregos de qualidade, aumentar a renda das famílias e ampliar a participação de mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se reduzem desigualdades.



O novo Plano Nacional de Cuidados

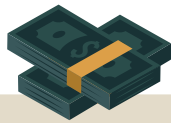
Instituída em 2024, a Política Nacional de Cuidados, que será implementada a partir do Plano Nacional de Cuidados (PNC), traz uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de ações sistêmicas e centradas na corresponsabilização.

O que é economia do cuidado?

Não há uma definição única, mas sim múltiplas aproximações. Adotamos aqui o entendimento do Plano Nacional de Cuidados (PNC), com ênfase na dimensão produtiva:

“Cuidado: trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas.”

O trabalho de cuidado pode ser:



Remunerado

ou



Não remunerado



Informal

Família, comunidades

ou



Formal

Trabalho profissional, instituições



Direto

Envolvendo interação face a face com a pessoa cuidada

ou



Indireto

Atividades de suporte, manutenção e gestão que viabilizam o cuidado direto, como limpar e cozinhar

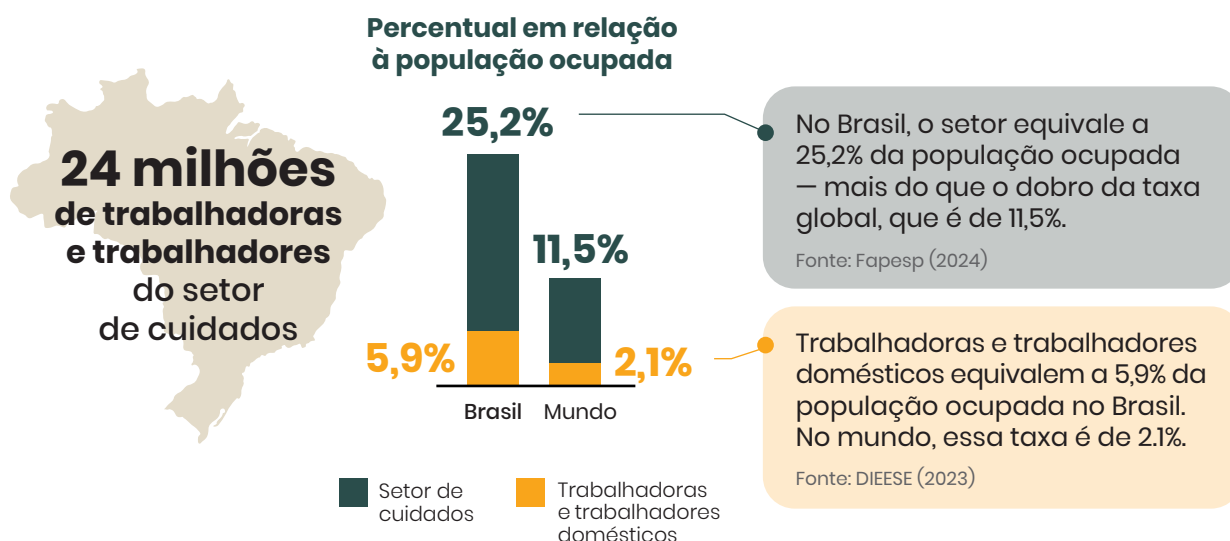


Mercado de trabalho em números



Fonte: OIT (2018; 2024)

No Brasil



Perfis por segmentos



Marcas comuns a todo o setor



Feminização e racialização



Baixos salários e jornadas longas



Informalidade elevada

¹ IBGE (2025); ² DIEESE (2023); ^{3,4} IBGE (2022); ⁵ IBGE (2025); ⁶ VIECELI, Cristina Pereira. Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados: conceito, análise e mensuração. 2020; ⁷ ARAUJO, Anna Bárbara; GUIMARÃES, Nadya Araujo; PINHEIRO, Luana Simões. Fronteiras no trabalho remunerado em domicílio: Dilemas analíticos e identitários. Cadernos de Pesquisa, v. 54, 2024; ⁸ IBGE, 2023; Fundação Fundação Seade, 2023; ^{9,10,14} DataCuidados, 2022; ¹¹ IBGE, 2023; ¹² IPEA (2021) ¹³ PINHEIRO, Luana et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Texto para Discussão, 2019

7 desafios relacionados à economia do cuidado

1- Desigualdades de gênero e raça e invisibilização

As tarefas de cuidado são compreendidas como **gestos de amor** ou obrigações familiares, e não como trabalho com valor econômico e social.

O trabalho doméstico é marcado pela **precarização intergeracional** e por uma exploração que começa na infância, quando meninas negras assumem funções que limitam seu acesso à educação e a uma inserção futura digna no mercado de trabalho.

Mulheres negras vivenciam mais exaustão e estão sobrerrepresentadas nos postos mais precários do setor de cuidados, reforçando a persistência de **padrões herdados do período escravocrata**.



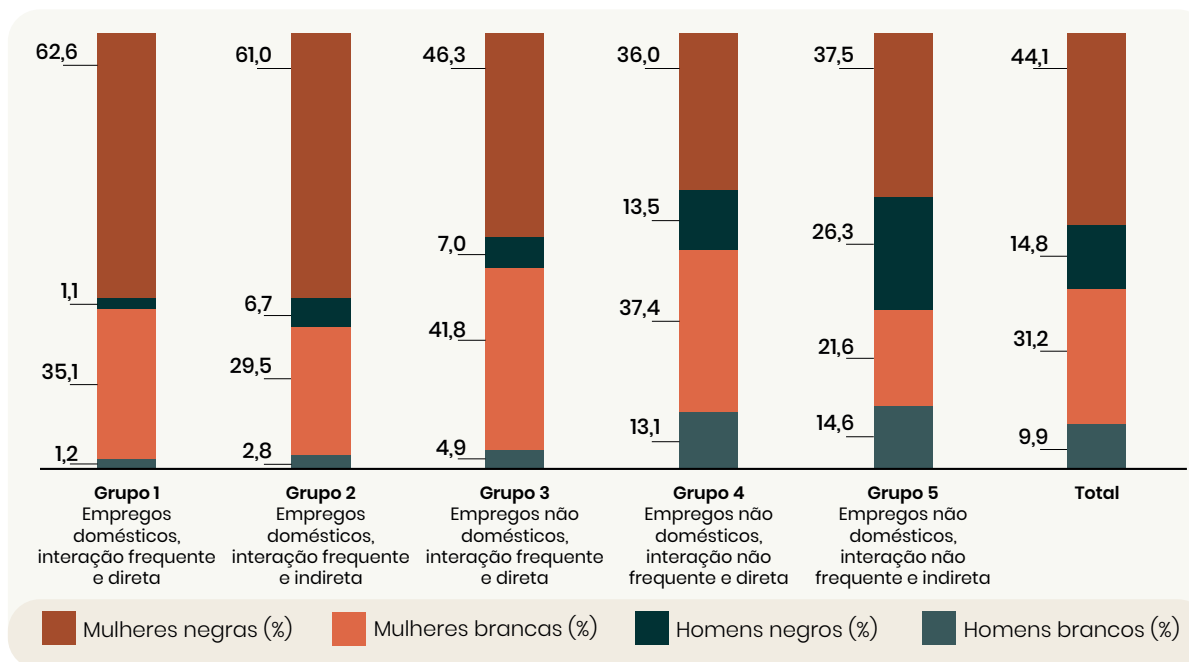
Mulheres recebem **72%** do rendimento dos homens

Pessoas negras recebem **59,8%** do rendimento de pessoas brancas

Mulheres negras recebem **42,3%** do rendimento de homens brancos

Fonte: PNAD (2019)

Trabalhadores do cuidado por gênero, raça e cor (2019)



Fonte: IBGE-PNAD-C (2019)/ Nadya Guimarães e Luana Pinheiro. Alexandre Affonso/Revista FAPESP



2- Precariedade e informalidade

É um trabalho marcado por fragilidade contratual, baixa proteção social e reconhecimento limitado enquanto atividade profissional. A **baixa formalização** é um dos principais obstáculos à melhoria das condições de trabalho.

A lacuna de organização coletiva reduz a capacidade de negociação de direitos. A baixa filiação sindical e a falta de supervisão institucional levam a **relações de trabalho baseadas na confiança** e na subjetividade. São comuns demandas por afazeres fora do contrato e casos de assédio, jornadas extensas e trabalho análogo à escravidão.

Os limites da proteção trabalhista

No Brasil, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015 equipararam os direitos trabalhistas de empregados domésticos aos dos demais trabalhadores. Mas esses instrumentos têm efetividade limitada, pois:

- **Faltam mecanismos de fiscalização**
- **Persiste a informalidade no setor**
- **O conceito legal ainda se restringe ao trabalho doméstico tradicional, deixando de fora atividades de cuidado que ocorrem fora da residência, com outras modalidades de vínculo.**

A precarização foi intensificada após a Reforma Trabalhista de 2017, que fragilizou garantias e dificultou a consolidação de proteções formais.

3- Escassez de infraestrutura do cuidado

A oferta limitada de equipamentos e serviços públicos voltados para o cuidado sobrecarrega as famílias. São elas que assumem a maior parte do trabalho, seja diretamente, seja pela contratação de cuidadores.



41,2% das crianças de até 3 anos estavam matriculadas em creches em 2025¹⁵

O atendimento às crianças de 0 a 3 anos é um dos maiores gargalos do sistema educacional brasileiro. O **horário das creches**, concentrado no período comercial e em dias de semana, é frequentemente inferior à jornada de trabalho das famílias.

A oferta de cuidados à população idosa é ainda mais limitada. As **instituições de longa permanência (ILPIs)** são escassas e concentradas em regiões mais ricas do país.

Esse contexto leva à privatização do cuidado e a uma crescente **financeirização**, ou seja, a entrada de produtos como planos de saúde e empréstimos diretamente vinculados a benefícios previdenciários, que podem causar endividamento.

Só 36,22% dos municípios brasileiros têm ao menos uma ILPI, sendo a maioria filantrópica ou privada.¹⁶

¹⁵ Ministério da Educação, 2025

¹⁶ "A financeirização da velhice e a convergência entre Estado e mercado" (Debert; Félix, 2024)





4- Debilidade nas proteções trabalhistas e licenças

A **ausência de licenças parentais mais longas, flexíveis e compartilhadas** e a assimetria entre a duração da licença-paternidade (5 dias) e maternidade (120 dias) dificultam uma maior participação dos homens nas tarefas de cuidado.

Outro problema é que o **arcabouço jurídico** relacionado ao cuidado é disperso e fragmentado, reunindo normas setoriais sem formar uma política pública integrada.

50% das mulheres são demitidas ou pedem demissão após retornarem da licença-maternidade¹⁷



5- Dificuldades na intermediação de mão de obra e plataformização do cuidado

A natureza domiciliar e personalista do trabalho de cuidado cria um desafio para a intermediação da mão de obra, com prevalência da informalidade e da **contratação baseada em redes pessoais** de confiança.

As **plataformas digitais** vêm expandindo sua atuação para o cuidado, conectando famílias e cuidadoras por meio de aplicativos. Embora ampliem a oferta de trabalho, muitas vezes funcionam fora de marcos regulatórios claros e deslocam riscos, custos e responsabilidades para as trabalhadoras e trabalhadores, ao mesmo tempo em que exercem controle por meio de algoritmos, avaliações, rankings e monitoramento digital.

6- Lacunas de qualificação, certificação e carreira

Falta qualificação estruturada, o que limita a valorização e o desenvolvimento de carreira. A maior parte das trabalhadoras e trabalhadores **aprendem suas funções na prática**. As entrevistas apontaram baixa padronização formativa para cuidadores de idosos, com cursos livres, certificação pouco confiável e pouca repercussão na empregabilidade.

A ausência de regulamentação da profissão de cuidador impede que sejam estabelecidos **critérios formais de certificação**, fiscalização e valorização salarial.

Na seleção de pessoal, a **ênfase em habilidades emocionais** e comportamentais (“soft skills”) oculta a necessidade de formação técnica sólida e traz o risco de naturalizar violências simbólicas no trabalho domiciliar.

Vale lembrar que a **sobrecarga** que recai sobre as mulheres reduz o tempo disponível para qualificação profissional.

¹⁷ “The gender gap, education, and the life cycle profile in the Brazilian formal labour market” (MACHADO; PINHO NETO, 2018)





7- Lacunas de evidências para informar a tomada de decisão

Faltam **dados consistentes e detalhados** sobre a economia do cuidado e o perfil de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, o que prejudica o direcionamento das políticas e ações no setor.

Estudos mostram **subnotificação** relevante nas pesquisas domiciliares no Brasil. Em comparação a outros países da região, as brasileiras reportam menos horas dedicadas ao cuidado e não apresentam o padrão esperado de variação ao longo da vida.

Acadêmicos destacam que há dificuldade em **delimitar o setor**, apontando a falta de distinção entre afazeres domésticos e cuidado direto e a falta de uma plena articulação entre a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD).



5 alavancas para fortalecer a economia do cuidado

1-Infraestrutura e financiamento

O investimento público em **serviços coletivos**, como creches e ILPIs, é uma das alavancas mais robustas para ampliar a participação feminina na força de trabalho, reduzir desigualdades de gênero e fortalecer trajetórias de inclusão produtiva.

Entre **54% e 58%** da infraestrutura social de cuidado é oferecida pelo setor público.

O setor privado apresentou expansão pré-pandemia, com um crescimento de cerca de **27,1%**, contra **6%** para o setor público.

Fonte: MOREIRA, Fernanda Zepka da Costa. Análise da infraestrutura social de cuidado direto e recorrente no Brasil através do tempo (2013-2022). UFRGS, 2024.

O envelhecimento populacional exige investimento não só em ILPIs, mas também em centros-dia, atenção domiciliar estruturada e redes territoriais de apoio. Esses serviços podem beneficiar tanto a população idosa quanto a “**geração sanduíche**” – majoritariamente mulheres que acumulam trabalho remunerado, cuidado infantil e de idosos.

Complexos de cuidado: superando a lógica fragmentada



Projetar a infraestrutura de cuidado a partir de um olhar sistêmico e não fragmentado, com equipamentos que integram diferentes necessidades e públicos, pode ter um efeito multiplicador.

Essa agenda demanda políticas integradas, com parâmetros de qualidade, metas, financiamento estável e mecanismos de monitoramento, além de maior coordenação entre SUS (Sistema Único de Saúde), SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sistemas educacionais e entes federativos.

Exemplo da vida real: no Ceará, os Complexos Mais Infância combinam creches com centros-dia, cursos técnicos, oficinas culturais e espaços de lazer, gerando um modelo territorial de cuidado voltado para crianças, famílias e comunidades.

2- Formalização e trabalho digno

O registro do trabalhador, a definição de contratos claros e o acesso a direitos trabalhistas são fundamentais. Também é essencial implementar **pisos salariais setoriais** e oferecer planos de carreira.

A conquista de um piso nacional para enfermeiros em 2022 demonstra como uma política de piso setorial pode dar visibilidade e valor ao trabalho de cuidado.

Regimes de **contribuição simplificada** podem reduzir a burocracia para trabalhadores e famílias empregadoras. Pode-se facilitar a inscrição como Microempreendedor Individual (MEI) ou criar um mecanismo legal específico para cuidadores.

É preciso avançar nas licenças parentais, o que inclui ampliar **formatos de jornada flexível pós-retorno** (com redução de carga horária, entrada ou saída antecipada, regime de meio período ou teletrabalho).

Alianças entre sindicatos e organizações da sociedade civil, incorporando cuidadores informais e pessoas cuidadas, fortalecem a **negociação coletiva**.

O marco dos 5R das Nações Unidas, aplicado à economia do cuidado:



Recompensar
adequadamente as trabalhadoras e os trabalhadores de cuidado.



Representação
das trabalhadoras e dos trabalhadores de cuidado, possibilitando oportunidades de liderança, diálogo social e negociação coletiva.



Redistribuir
as responsabilidades não remuneradas de cuidado entre as mulheres e os homens e entre as famílias e o Estado.



Reconhecer
o valor do trabalho de cuidado, especialmente o não remunerado



Reduzir
a carga de trabalho de cuidado não remunerado que recai desproporcionalmente sobre as mulheres.





3- Qualificação profissional

A construção de **sistemas de formação e certificação** liderados pelo Estado e articulados com o setor privado, instituições de ensino, sindicatos e organizações da sociedade civil é central para ordenar o campo, padronizar currículos e abrir portas para o emprego formal.

É fundamental oferecer **apoio ao acesso** e à permanência das mulheres nesses cursos, para superar a barreira do tempo imposta pela sobrecarga de tarefas não remuneradas.

Recomendações para a capacitação



Segundo entrevistados pela pesquisa, os cursos voltados para cuidados devem:

- Ter duração de 140 horas e 160 horas, com forte componente prático e metodologia interativa.
- Ser majoritariamente presenciais.
- Ter no máximo 30% da carga horária assíncrona ou virtual, com provas e acompanhamento que garantam que o conteúdo foi assistido.
- Incluir conteúdos críticos e de formação cidadã, como saúde mental, violência e direitos humanos, além de treinamento em habilidades comportamentais.
- Incluir módulos práticos supervisionados, como estágios, e atividades que conectem teoria e prática, como estudos de caso e simulações.
- Valorizar os conhecimentos prévios de trabalhadoras e trabalhadores, criando ambientes de aprendizagem respeitosos e colaborativos.

4- Tecnologia, inovação e governança de dados

Interfaces digitais, plataformas de intermediação e dados sobre essa economia devem ser operados de forma responsável, **ética** e em diálogo com os parâmetros de trabalho digno.

Quando democratizadas e bem reguladas, **tecnologias de teleassistência** (teleconsulta, telemonitoramento, sistemas de emergência e aplicativos de saúde) podem otimizar rotinas e ampliar oportunidades de oferta de serviços.

Para incluir os dados sobre trabalho não remunerado nas estatísticas nacionais, deve-se avançar na construção de **contas-satélite** — instrumentos que ampliam o retrato oficial da economia ao mensurar atividades que não aparecem nos cálculos tradicionais. Aprimorar a mensuração desse tipo de trabalho na PNAD Contínua também é necessário.

Um mapeamento de 2023 identificou mais de **45 apps** voltados para o serviço doméstico e de cuidados na América Latina.¹⁸

¹⁸ "Plataformas digitales de cuidados y de servicio doméstico en América Latina y el Caribe: un análisis inicial de sus modelos de negocio y su rol en la formalización del sector" (BLANCHARD, 2023)





5 princípios que devem ser garantidos na regulação das tecnologias



Equivalência

Equiparação de direitos (salário, jornada, controle de horas e benefícios, entre outros) entre trabalhadores remotos e presenciais.



Proteção

Contra vigilância excessiva, controle algorítmico e privacidade.



Transparência e equidade

Para que trabalhadoras e trabalhadores não sejam onerados com custos excessivos no uso das plataformas digitais.



Integração

Articulação entre plataformas e sistemas e sistemas de informação estatal e monitoramento periódico dessas empresas.



Subsídios

Incentivos públicos e modelos mistos de provisão, com possibilidade de regime público-privado, para garantir acesso.

5- Comunicação e mudança cultural

É preciso construir uma **sociedade do cuidado**, transformando percepções, normas sociais e práticas cotidianas que historicamente desvalorizaram e invisibilizaram esse trabalho.

Estudos indicam que intervenções midiáticas bem planejadas podem mudar normas sociais de gênero. Campanhas utilizando vídeos, redes sociais, embaixadores famosos e diálogos comunitários ajudam a **normalizar a imagem de homens cuidadores**, que cozinham, trocam fraldas e cuidam de idosos.



5 recomendações para promover mudança cultural

1. Comunicar o **cuidado como algo valioso** para o bem-estar de todas as pessoas, o fundamento que sustenta a economia e a sociedade.
2. Usar linguagem inclusiva e livre de estereótipos, evitando termos como “ajuda”.
3. **Sensibilizar** todas as faixas etárias: crianças, adolescentes, adultos e idosos.
4. **Integrar** a promoção do cuidado nos planos nacionais de educação. Além do conteúdo curricular, o ambiente escolar deve refletir essa cultura, com capacitação de professores, valorização de comportamentos de cuidado e envolvimento das famílias.
5. Manter uma abordagem estratégica e **sustentada no tempo**, com educação e intervenções midiáticas contínuas e campanhas ligadas a políticas públicas. A mudança cultural é mais eficaz quando ocorre simultaneamente com melhorias estruturais.



5 iniciativas sul-americanas voltadas para a economia do cuidado

Colômbia

Em Bogotá, o sistema distrital “Manzanas del Cuidado” oferece cursos gratuitos com enfoque de gênero para cuidadoras aprimorarem sua escolaridade básica, educação técnica ou mesmo capacitação em novas áreas.

Brasil

Criou ‘cuidotecas’ para acolher crianças em horário noturno, enquanto os responsáveis trabalham, estudam ou participam de cursos. O governo federal prevê investir R\$ 3,6 milhões ao ano, priorizando o apoio a mães solo, jovens estudantes, pessoas negras e trabalhadoras do turno da noite.

Chile

Participantes das formações na área de cuidados que tenham filhos de até seis anos ou familiares com dependência severa recebem um auxílio financeiro para custear alguém que cuide de seus dependentes enquanto elas estudam.

Uruguai

Lançou um Sistema de Informação do Cuidado, que consolida dados de múltiplas fontes – incluindo um registro de usuários, cuidadores e instituições de formação –, além do Portal de Cuidados, pelo qual famílias podem buscar serviços. Há compromisso com transparência e dados abertos.

Argentina

Consolidou perfis ocupacionais articulados ao Registro Nacional de Cuidadores Domiciliares e Institucionais, que funciona como porta de entrada para o mercado formal. Esse registro é integrado ao sistema de proteção social e ao ecossistema de políticas de envelhecimento do país.

Coordenação entre setores

Uma resposta sistêmica aos desafios exige corresponsabilização

Setor público

Investimento robusto em infraestrutura: Expandir a oferta de equipamentos (creches, ILPIs, centros-dia e 'complexos de cuidados').

Regulação e formalização: Instituir marcos legais que reconheçam o cuidado como profissão; combater a informalidade e garantir acesso a direitos, como a previdência.

Formação: Liderar a criação de sistemas nacionais de certificação e currículos padronizados, que certifiquem também saberes prévios; garantir que a qualificação seja acessível.

Mudança cultural: Promover campanhas de conscientização e recomendações nos planos de educação para desconstruir estereótipos de gênero nas tarefas de cuidado.

Terceiro setor

Diálogo social: Formar alianças entre sindicatos e organizações da sociedade civil para ampliar a negociação coletiva, protegendo quem cuida e quem é cuidado.

Apoio comunitário e de infraestrutura: Gerir e fortalecer equipamentos de rede territorializada (como ILPIs filantrópicas e redes de vizinhança) em áreas vulneráveis e com lacunas de infraestrutura pública.

Cogestão da formação: Colaborar com o poder público na construção de matrizes de competência, currículos e sistemas de certificação que reflitam a realidade prática das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Controle social e mobilização: Produzir e utilizar dados abertos para fiscalizar a política nacional de cuidados e capitanear campanhas comunitárias, buscando apoiar na mudança cultural.

Setor privado

Trabalho decente e licenças: Garantir pisos salariais setoriais e equidade de remuneração; ampliar licenças parentais e oferecer metas ajustadas e jornadas flexíveis pós-retorno.

Parcerias para expansão da infraestrutura: Apoiar a oferta de equipamentos, modelos de gestão e serviços complementares, seguindo padrões públicos de qualidade e trabalho decente.

Formação: Implementar programas de capacitação contínua e certificação para colaboradores.

Plataformização responsável: No caso de apps, garantir transparência algorítmica e não transferir custos de visibilidade para as trabalhadoras.

Academia e institutos de pesquisa

Mensuração econômica: Desenvolver metodologias para incluir o trabalho do cuidado não remunerado nas contas nacionais.

Avaliação de impacto: Realizar estudos de custo-efetividade e mapeamentos territoriais ("desertos de cuidado") para identificar onde o investimento em inclusão produtiva é mais necessário.



Síntese estratégica

- A economia do cuidado tem **potencial para gerar 300 milhões de empregos** no mundo até 2035. No Brasil, fortalecer essa agenda significa dinamizar a economia e reduzir desigualdades.
- **24 milhões de pessoas já atuam no setor no país**, majoritariamente mulheres negras, representando 25,2% da força de trabalho — mais que o dobro da média mundial (11,5%). Mas elas enfrentam desafios estruturais ligados à informalidade, à baixa valorização e à fragmentação das políticas públicas.
- O enfrentamento dos desafios exige **coordenação** entre setores, investimentos em qualificação e infraestrutura de serviços, além de marcos regulatórios que acompanhem as transformações tecnológicas e demográficas.
- A **compreensão do cuidado** como direito e dever de todos abre possibilidades de inclusão produtiva para as mulheres e reduz a sobrecarga que elas enfrentam historicamente.
- A construção de uma sociedade do cuidado depende de **políticas públicas integradas e de mudanças nas normas sociais**.



Acesse aqui a síntese de evidências e recomendações completa.

www.arymax.org.br/estudo-inclusao-productiva-e-economia-do-cuidado

